

# Brasília-DF



**LUANA PATRIOLINO (INTERINA)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Nova figura

Outro personagem apareceu na trama de golpe de Estado para impedir a posse do presidente Lula. O agente de Polícia Federal Wladimir Soares incluiu Alexandre Ramalho, outro agente federal, lotado na Abin, como participante do grupo criminoso. A União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis) afirmou que o servidor em questão não faz mais parte do quadro do órgão desde junho de 2022 e que ele era lotado no gabinete do então diretor-geral, o ex-delegado federal e atual deputado federal Alexandre Ramagem, exclusivamente em função de assessoria.

## Vale lembrar...

...Que Ramagem é figura central na investigação da chamada Abin Paralela, que apura uso do órgão para espionagem ilegal durante o governo Bolsonaro para monitorar críticos à gestão. Também é apurada a produção de notícias falsas e utilizando-se de sistemas da Abin.

## De frente com Xandão

O ex-ajudante de ordens presidencial Mauro Cid esteve, ontem, no STF para se explicar ao ministro Alexandre de Moraes sobre uma série de contradições entre o que ele contou em sua delação premiada e o que revelam as investigações a respeito da trama golpista. Nessa conversa, os benefícios da colaboração estiveram na berlinda e, caso a Corte decida rescindir o acordo, ex-braço-direito de Bolsonaro pode ser preso novamente.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

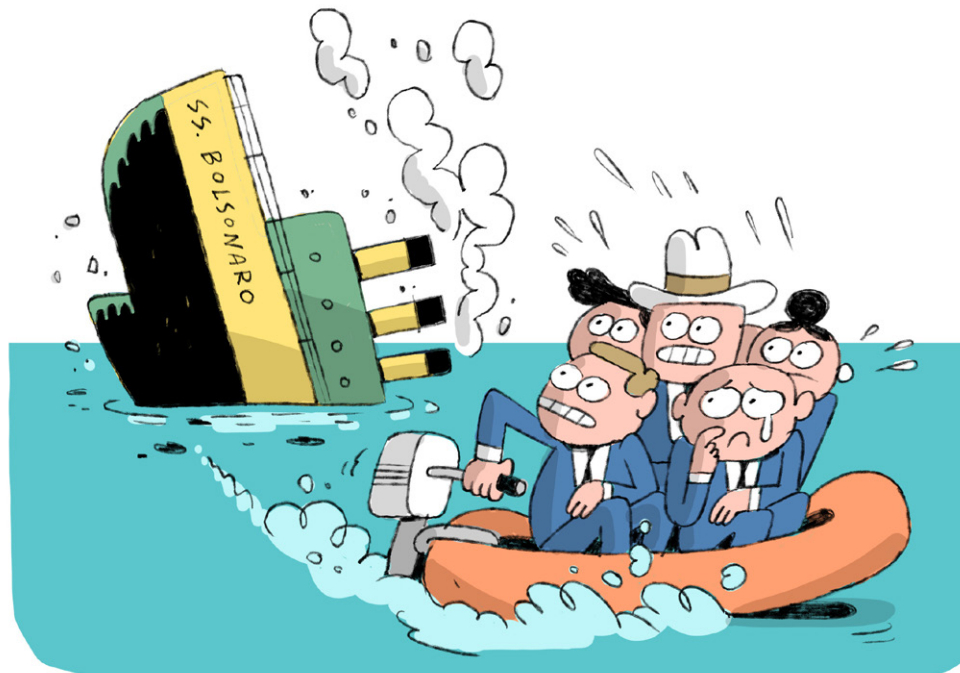


## Não esfriou

Engana-se quem pensa que os acontecimentos recentes fizeram com que a deputada federal do PSol-SP Erika Hilton (foto) desistisse de continuar costurando apoio para o projeto que propõe o fim da escala de trabalho 6X1 no país. A parlamentar segue articulando nos bastidores da Câmara dos Deputados e, também, firme e forte na campanha por meio das redes sociais — espaço em que tem apoio massivo ao projeto.

# Cerco fechado

A direita se prepara para pular fora do barco do bolsonarismo e garantir seu espaço em 2026. Para a ala, esse é o fim de um ciclo — com novos e velhos nomes surgindo no cardápio político. A sequência de fatos sobre a trama golpista impossibilitou a Polícia Federal dissociar o nome de Jair Bolsonaro ao inquérito. Os investigadores acreditam que o ex-presidente tinha ciência e participação ativa no processo antidemocrático. O caso teria, inclusive, a participação do general Braga Netto, à época candidato a vice na chapa bolsonarista. Um quadro sério.



## Profissões regulamentadas A voz dos municípios

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), vai participar da próxima reunião do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, em 26 e 27 de novembro, em Brasília. O fórum reúne 31 entidades e é coordenado pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Aécio Prado Dantas Júnior.

A Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeitas (FNP) está coletando sugestões dos gestores dos municípios sobre a PEC da Segurança Pública, apresentada pelo governo federal. O objetivo é aperfeiçoar o projeto e garantir que os esforços municipais tenham o devido financiamento. O secretário-executivo adjunto da entidade, Jeconias Júnior, destacou o crescimento assustador das guardas municipais em relação aos efetivos das polícias estaduais (Militar e Civil). Para ele “ou se faz uma repactuação e uma reanálise do que foi inscrito lá em 1988 como atribuições dos níveis de governo, ou nós não vamos avançar”.

## CURTIDAS

**Lançamento** / O Salão Nobre do TCU receberá, em 4 de dezembro, às 18h, autoridades e convidados para o lançamento do livro Novo Perfil do Controle Difuso de Constitucionalidade. A obra reúne estudos em homenagem ao professor e presidente do tribunal, ministro Bruno Dantas.

**Nas redes** / O assunto “Bolsonaro indiciado” se tornou um dos mais comentados no X, com mais de 15 mil publicações. O termo começou a ser usado na rede após a PF afirmar que o ex-presidente tinha conhecimento do plano de assassinato de Lula, Alckmin e Moraes. O nome “Braga Netto” também foi destaque na plataforma, com mais de 11 mil posts.

**Não deu** / Em uma ofensiva contra Alexandre de Moraes, os congressistas brasileiros e aliados norte-americanos da base do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, pressionaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), mas não conseguiram sequer a audiência pública com a entidade. Apesar do barulho, a reunião foi adiada e sem data para acontecer. O Brasil convidou a comissão para fazer uma visita ao país no início de 2025, centrada em democracia, direitos humanos e liberdade de expressão.

(COLABOROU EDUARDA ESPOSITO)

**ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS** / Na primeira fala após a revelação de um plano para matá-lo, presidente prega “normalidade democrática” no país. No Congresso e no STF, indiciamentos geram cobrança por punição rigorosa dos golpistas

# Lula agradece por “estar vivo”

» VICTOR CORREIA  
» ISRAEL MEDEIROS  
» JULIA PORTELA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se manifestou sobre o indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de 36 dos seus aliados, ontem, pela Polícia Federal. Porém, comentou, pela primeira vez, o plano para matá-lo, revelado pela corporação nesta semana. Ele discursou em evento sobre concessão de rodovias no Palácio do Planalto.

“Eu quero agradecer, agora muito mais, porque estou vivo. A tentativa de me envenenar, eu e o Alckmin, não deu certo. Nós estamos aqui”, disse o presidente. O plano também incluía os assassinatos do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, e seria executado por militares das Forças Especiais do Exército, os “kids pretos”, no fim de 2022.

Sem citar envolvidos, Lula repetiu que, na campanha eleitoral, um dos seus desejos era trazer o país à “normalidade”, sem confrontos violentos na política. “Eu não quero envenenar ninguém, nem perseguir ninguém. A única coisa que eu quero é que, quando terminar o meu mandato, a gente desmoralize com números aqueles que governaram antes de nós”, declarou o presidente.

No Palácio do Planalto, ministros mais próximos receberam as revelações da PF com perplexidade, mas celebraram o indiciamento dos envolvidos e pediram agilidade à Justiça. “A gente vê com absoluta perplexidade e indignação as informações que foram reveladas pelo inquérito”,

disse o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, em vídeo publicado em suas redes sociais. “Com certeza, ainda no ano de 2025, eles serão julgados”, vaticinou.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, avaliou que “a Justiça tem que ser rigorosa na apuração e no julgamento dessas pessoas para desestimular completamente qualquer tentativa futura de repetir esse tipo de crime”.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, seguiu a mesma linha: “É necessária a agilidade devida da Procuradoria-Geral da República e do STF na punição desses criminosos, para que nunca mais isso volte a acontecer no Brasil”, enfatizou.

## Relatório “porcaria”

A notícia do indiciamento de Jair Bolsonaro (PL) e de mais 36 pessoas ligadas ao seu governo na tentativa de golpe de Estado desceu quadrado para aliados do ex-presidente no Congresso Nacional. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), filho 03 do ex-presidente, criticou a PF e disse que a corporação foi “criativa” no relatório “porcaria” que indiciou o pai dele. Em um vídeo com legendas em inglês, o deputado lembrou que o presidente Donald Trump foi eleito apesar de ter sido indiciado por atacar o sistema eleitoral, em 2020. “Acontece nos Estados Unidos, acontece no Brasil”, escreveu.

Apesar da robustez das acusações, aliados do antigo governo duvidam, no entanto, de que Jair Bolsonaro possa ser preso. “Sabem que, se ele for preso, vai eleger até poste”, disse um deputado à reportagem, que não quis se identificar.

Reprodução Youtube Lula



**Eu não quero envenenar ninguém, nem perseguir ninguém. A única coisa que eu quero é que, quando terminar o meu mandato, a gente desmoralize com números aqueles que governaram antes de nós”**

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
presidente da República

# Ministros do Supremo criticam anistia

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes considerou que as revelações da Polícia Federal (PF) decorrentes da Operação Contragolpe confirmam a existência de uma tentativa de golpe de Estado no fim do governo de Jair Bolsonaro (PL-RJ).

Mendes destacou que os casos revelados configuram crimes, refutando a tese de que seriam apenas atos preparatórios, sem previsão de punição na legislação brasileira. Ele também defendeu que não há necessidade de afastar o ministro Alexandre de Moraes da reitoria do inquérito que apura os atos golpistas, mesmo sendo

um dos alvos do grupo investigado. Além disso, classificou como “sem sentido” a proposta de anistia e reforçou a necessidade de uma reação judicial e legislativa para evitar que episódios como esse se repitam.

“A tentativa de qualquer atentado contra o Estado de Direito já é, em si, criminalizada, é um crime consumado. Até porque, quando se faz o atentado contra o Estado de Direito e ele se consuma, o Estado já não mais existe. Os fatos são extremamente graves, preocupantes, nós precisamos ter aprendido com isso e acho que devemos reagir judicialmente, devemos reagir legislativamente, fazer

as reformas necessárias para que episódios como esse não mais se repitam. Não faz sentido algum sequer falar em anistia diante da gravidade do delito e de delitos que estão sendo ainda investigados”, disse.

Barroso, também comentou a operação da PF afirmando que o país esteve mais próximo do “inimaginável” do que se supunha. Assim como Gilmar Mendes, Barroso refutou a possibilidade de anistia aos golpistas e defendeu que os envolvidos sejam devidamente punidos.

“Felizmente, as lideranças das Forças Armadas não embarcaram nessa aventura desastrosa. E acho que é necessário punir quem precisa ser punido. O país tem muita dificuldade em aplicar punições. Se não punirmos isso, na próxima eleição, quem perder vai achar que pode fazer a mesma coisa”, completou.